

FERNANDA MARINELA



MANUAL DE
DIREITO
ADMINISTRATIVO

VOLUME ÚNICO

17^a
edição

revista
atualizada
ampliada

2023

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 15.ª edição.

M294 Manual de Direito Administrativo / Fernanda Marinela. – 17 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
1.328 p. (Coleção Manuais - Volume Único)

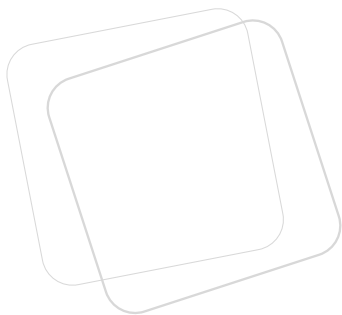
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-442-4081-6.

1. Direito Administrativo. 2. Recursos 3. Processos nos Tribunais. I. Marinela, Fernanda.
II. Título.

CDD 341.3

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



SUMÁRIO

1. NOÇÕES PRELIMINARES	23
1. Direito.....	23
2. Direito administrativo.....	24
2.1. Conceito.....	24
2.2. Relação com outros ramos do Direito.....	28
2.3. Fontes do Direito Administrativo.....	30
2.4. Codificação do Direito Administrativo.....	35
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo.....	36
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo.....	37
2.7. Sistemas administrativos.....	37
3. Estado, governo e administração pública	38
3.1. Estado.....	38
3.1.1. Poderes e funções do Estado.....	39
3.1.2. Organização do Estado.....	41
3.2. Governo.....	41
3.3. Administração Pública.....	42
4. Atividade administrativa.....	43
5. Quadro sinóptico.....	44
2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	47
1. Conceito de regime jurídico administrativo	47
2. Distinção entre princípios e regras.....	48
3. Princípios do direito administrativo.....	50
3.1. Princípio da supremacia do interesse público	50
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	52
3.2.1. Conceito de interesse público.....	52
3.3. Princípio da legalidade.....	54
3.3.1. Princípio da juridicidade.....	58
3.4. Princípio da impessoalidade.....	59
3.5. Princípio da finalidade.....	64
3.6. Princípio da moralidade.....	65
3.7. Princípio da publicidade.....	66

3.8. Princípio da eficiência.....	71
3.9. Princípio da isonomia	74
3.10. Princípio do contraditório	77
3.11. Princípio da ampla defesa.....	78
3.12. Princípio da razoabilidade.....	80
3.13. Princípio da proporcionalidade.....	82
3.14. Princípio da continuidade.....	83
3.15. Princípio da autotutela.....	94
3.16. Princípio da especialidade	96
3.17. Princípio da presunção de legitimidade	96
3.18. Princípio da motivação.....	97
3.19. Princípio da segurança jurídica.....	99
4. A inobservância de um princípio	100
5. Quadro sinóptico.....	101
6. Súmulas correlatas.....	104
6.1. STF – Súmulas Vinculantes	104
6.2. Súmulas do STF.....	104
6.3. Súmulas do STJ.....	105
3. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	107
1. Administração pública – organização administrativa	107
1.1. Princípios fundamentais da Administração Pública Federal.....	108
1.2. A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes.....	109
2. Formas de prestação da atividade administrativa.....	111
2.1. Formas de descentralização	112
3. Órgãos públicos	114
3.1. Principais características	115
3.2. Classificação	118
4. Administração direta.....	120
5. Administração indireta	121
5.1. Características gerais	122
5.2. Autarquias.....	126
5.2.1. Conceito e outras considerações	126
5.2.2. Regime jurídico.....	127
5.2.3. Autarquias profissionais	144
5.2.4. Autarquias territoriais.....	154
5.2.5. Autarquias de regime especial.....	154
5.3. Agências reguladoras.....	155
5.3.1. Conceito e função	155
5.3.2. Espécies de agências.....	156
5.3.3. Regime especial.....	158
5.3.4. Regras gerais.....	159

5.3.4.1.	Estrutura organizacional.....	159
5.3.4.2.	Dirigentes das Agências Reguladoras	160
5.3.4.3.	Regime de pessoal	164
5.3.4.4.	Licitação	165
5.3.4.5.	Processo decisório das agências reguladoras	166
5.3.4.6.	Prestação de contas e controle social.....	168
5.3.4.7.	Instrumentos de interação e articulação das agências reguladoras	169
5.4.	Fundação pública.....	172
5.4.1.	Conceito.....	172
5.4.2.	Natureza jurídica	173
5.4.3.	Fundação pública de direito público.....	176
5.4.4.	Fundação pública de direito privado	178
5.5.	Agências executivas.....	179
5.6.	Empresas estatais.....	181
5.6.1.	Conceitos.....	182
5.6.2.	Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.....	183
5.6.3.	Finalidades	184
5.6.4.	Regime jurídico.....	185
6.	Quadro sinóptico.....	210
7.	Súmulas correlatas.....	213
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes.....	213
7.2.	Súmulas do STF.....	214
7.3.	Súmulas do STJ.....	215
4.	TERCEIRO SETOR.....	217
1.	Setores da economia nacional.....	217
2.	Entes de cooperação	219
2.1.	Serviços sociais autônomos.....	219
2.2.	Entidades de apoio.....	224
2.3.	Organizações sociais.....	225
2.4.	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	230
2.4.1.	Semelhanças e distinções entre OS e Oscip	232
2.5.	Organização da sociedade civil	233
3.	Parcerias com poder público	234
3.1.	Parcerias com a Organização da Sociedade Civil – Lei n. 13.019/2014.....	236
3.1.1.	Organização da sociedade civil.....	238
3.1.2.	Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41).....	239
3.1.3.	Formalização	241
3.1.3.1.	Seleção.....	241
3.1.3.1.1.	Procedimento de manifestação de interesse público	241

3.1.3.1.2.	Chamamento público	241
3.1.3.2.	Novos instrumentos – termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação.....	246
3.1.4.	Medidas para execução e eficiência da parceria.....	248
3.1.4.1.	Planejamento	248
3.1.4.2.	Regras para execução.....	249
3.1.4.3.	Monitoramento e avaliação	250
3.1.4.4.	Prestação de contas	251
3.1.5.	Responsabilidades e sanções.....	253
3.2.	Parcerias com Fundos Patrimoniais – Lei n. 13.800/2019.....	254
4.	Quadro sinóptico.....	258
5.	Súmulas correlatas.....	263
5.1.	Súmulas do STF	263
5.2.	Súmulas do STJ.....	264
5.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO E DOS ADMINISTRADORES	265
1.	Conceito	265
2.	Características	266
3.	Poder vinculado e poder discricionário.....	267
4.	Poder regulamentar	268
4.1.	Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos.....	268
4.2.	Tipos de regulamento.....	269
4.3.	Controle dos atos administrativos.....	272
5.	Poder hierárquico.....	276
6.	Poder disciplinar	277
7.	Poder de polícia.....	281
7.1.	Conceito.....	281
7.2.	A expressão “poder de polícia”.....	283
7.3.	Fundamento e essência do poder de polícia	283
7.4.	Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia.....	286
7.5.	Delegação dos atos de polícia	286
7.6.	Atributos do poder de polícia.....	289
7.7.	Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade	291
7.8.	Controle dos atos de polícia.....	292
7.9.	Setores da polícia administrativa.....	292
7.10.	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	292
8.	Poderes e deveres do administrador público	293
8.1.	Deveres do administrador.....	293
8.2.	Uso e abuso de poder.....	294
8.3.	Formas de abuso de poder	294
8.4.	Abuso de poder e legalidade.....	295
9.	Quadro sinóptico.....	296
10.	Súmulas correlatas.....	298

10.1. STF – Súmulas Vinculantes	298
10.2. Súmulas do STF	298
10.3. Súmulas do STJ.....	299
6. ATO ADMINISTRATIVO	301
1. Introdução e conceito	301
1.1. Ato e fato jurídico	301
1.2. Ato da administração e ato administrativo	304
1.3. Conceito de ato administrativo	305
2. Vinculação e discricionariedade	307
3. Elementos do ato administrativo	310
3.1. Sujeito competente.....	311
3.1.1. Principais regras.....	312
3.2. Forma.....	315
3.2.1. Princípio da solenidade.....	315
3.2.2. Silêncio administrativo.....	316
3.2.3. Vício na forma	318
3.3. Motivo	319
3.3.1. Legalidade do motivo.....	319
3.3.2. Principais distinções.....	320
3.3.3. Teoria dos motivos determinantes	325
3.4. Objeto.....	327
3.4.1. Requisitos de validade.....	327
3.4.2. Discricionariedade e vinculação	328
3.5. Finalidade.....	328
3.5.1. Distinções: motivo, objeto e finalidade	329
3.6. Quadro comparativo.....	330
4. Mérito administrativo	331
4.1. Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário.....	333
5. Atributos do ato administrativo	335
5.1. Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade	336
5.2. Autoexecutoriedade.....	337
5.3. Imperatividade.....	338
5.4. Tipicidade.....	339
6. Classificação.....	339
6.1. Quanto aos destinatários.....	339
6.2. Quanto ao alcance	340
6.3. Quanto à manifestação de vontade	340
6.4. Quanto ao grau de liberdade.....	341
6.5. Quanto ao objeto	341
6.6. Quanto à formação.....	342
6.7. Quanto à estrutura do ato.....	343
6.8. Quanto aos efeitos	344

6.9. Quanto aos resultados na esfera jurídica	344
6.10. Quanto à situação jurídica que criam.....	344
7. Modalidades de atos administrativos.....	345
7.1. Atos normativos.....	345
7.2. Atos ordinatórios.....	347
7.3. Atos negociais.....	348
7.4. Atos enunciativos.....	351
7.5. Atos punitivos	352
8. Formação e efeitos.....	353
8.1. Perfeição.....	353
8.2. Validade	354
8.3. Eficácia.....	354
8.4. Possíveis combinações.....	356
9. Extinção do ato administrativo	357
9.1. Formas de extinção.....	357
9.2. Invalidação.....	359
9.2.1. Formas de invalidação	359
9.2.2. Anulação.....	361
9.2.3. Convalidação e sanatória.....	367
9.2.4. Estabilização de efeitos	368
9.2.5. Possíveis vícios do ato administrativo.....	374
9.3. Revogação.....	375
9.4. Coisa julgada administrativa.....	378
10. Quadro sinóptico.....	379
11. Súmulas correlatas.....	384
11.1. STF – Súmulas Vinculantes	384
11.2. Súmulas do STF	384
11.3. Súmulas do STJ.....	385
7. LICITAÇÃO	387
1. Conceito e legislação.....	387
1.1. Regime de transição.....	390
1.2. Critérios transnacionais	396
2. Finalidade	396
3. Competência para legislar	398
4. Sujeitos à licitação	401
5. Incidência da lei.....	410
6. Princípios básicos.....	412
7. Os agentes públicos e as comissões de licitações.....	425
7.1. Das comissões de licitação na Lei nº 8.666/93	427
7.2. Das vedações dos agentes públicos.....	429
8. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.....	431
8.1. Inexigibilidade.....	433

8.1.1.	Pressupostos para a realização da licitação.....	433
8.1.2.	Objeto licitável e a pluralidade.....	435
8.1.2.1.	Bem singular	435
8.1.2.2.	Serviços singulares	435
8.1.2.3.	Hipóteses legais de inexigibilidade.....	436
8.2.	Dispensa de licitação.....	442
8.2.1.	Licitação dispensada.....	442
8.2.2.	Licitação dispensável.....	444
8.2.2.1.	Quadro comparativo – dispensa de licitação.....	454
9.	Modalidades	462
9.1.	Concorrência.....	468
9.2.	Tomada de preços.....	470
9.3.	Convite	472
9.4.	Concurso.....	475
9.5.	Leilão.....	476
9.6.	Pregão.....	479
9.7.	Diálogos competitivos.....	482
9.8.	Outras modalidades.....	484
10.	Procedimento licitatório.....	485
10.1.	Procedimento geral na Lei nº 8.666/93 aplicável até 31/03/2023.....	485
10.1.1.	Fase interna.....	486
10.1.2.	Fase externa	493
10.2.	Procedimento licitatório da Lei nº 10.520/02.....	505
10.2.1.	Pregão eletrônico.....	509
10.3.	Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021	516
10.3.1.	Fase preparatória.....	516
10.3.2.	Fase de divulgação do edital de licitação.....	523
10.3.3.	Fase de apresentação de propostas e lances	524
10.3.4.	Fase de julgamento.....	526
10.3.5.	Fase de habilitação.....	532
10.3.6.	Fase recursal.....	535
10.3.7.	Fase de homologação	537
11.	Procedimentos auxiliares.....	538
11.1.	Credenciamento	538
11.2.	Procedimento de pré-qualificação.....	539
11.3.	Procedimento de manifestação de interesse.....	539
11.4.	Sistema de registros de preços.....	540
11.5.	Registro cadastral.....	544
12.	Algumas licitações	546
12.1.	Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica	546
12.2.	Licitações internas e internacionais	547
12.3.	Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte	549
12.4.	Licitação para contratação de serviço de publicidade	553

12.5. Regime diferenciado de contratações (RDC)	554
12.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016)	557
12.7. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento a pandemia de Covid-19	565
12.8. Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i>	570
13. Das irregularidades	572
13.1. Infrações e sanções administrativas	572
13.2. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos	572
13.2.1. Dos recursos, do pedido de reconsideração e da representação na Lei n. 8.666/93	573
13.2.2. Dos recursos, dos pedidos de esclarecimentos e das impugnações na Lei n. 14.133/2021	574
13.3. Do controle das contratações	575
14. Quadro sinóptico	578
15. Súmulas correlatas	587
15.1. Súmulas do STF	587
15.2. Súmulas do STJ	587

8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS..... 589

1. Conceito	589
2. Características	591
3. Formalismo	592
4. Cláusulas necessárias	597
5. Garantia	602
6. Duração do contrato	604
7. Pagamentos devidos ao contratado	609
8. Cláusulas exorbitantes	617
9. Alteração contratual	622
9.1. Alteração unilateral do contrato administrativo	623
9.2. Alteração bilateral do contrato	626
9.2.1. Teoria da imprevisão	628
9.3. Situações específicas para alguns contratos	629
9.4. Matriz de alocação de riscos	631
10. Da execução do contrato e suas responsabilidades	632
11. Regras para entrega do objeto do contrato	637
12. Extinção do contrato administrativo	639
12.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93	639
12.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021	644
12.3. Das nulidades do contrato administrativo	646
12.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias	648
13. Infrações e sanções administrativas	649
13.1. Sanções na Lei nº 8.666/93	649

13.2. Sanções na Lei nº 14.133/2021	650
13.3. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	652
13.4. Infrações na Lei nº 14.133/2021	652
14. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas...	653
15. Responsabilização criminal, civil e administrativa.....	656
16. Contratos em espécie.....	659
16.1. Contratos propriamente ditos.....	659
16.2. Contrato de concessão.....	661
16.3. Contrato de permissão de serviço público.....	662
16.4. Contrato de gestão.....	662
17. Convênios e consórcios.....	665
18. Consórcios públicos.....	667
19. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista	674
20. Contrato público de solução inovadora (CPSI).....	676
21. Quadro sinóptico.....	678
22. Súmulas correlatas.....	687
22.1. Súmulas do STF.....	687
22.2. Súmulas do STJ.....	688
9. SERVIÇOS PÚBLICOS	689
1. Conceito e elementos definidores.....	689
2. Princípios.....	691
2.1. Princípio da continuidade.....	693
2.1.1. Instrumentos para garantir a continuidade.....	693
2.1.2. Possibilidades de interrupção do serviço.....	701
3. Determinação constitucional.....	708
4. Classificação.....	709
5. Delegação do serviço público	713
5.1. Concessão comum de serviço público.....	714
5.1.1. Fundamento legal.....	714
5.1.2. Conceito.....	714
5.1.3. Poder concedente.....	716
5.1.3.1. Direitos e obrigações do poder concedente.....	716
5.1.4. O concessionário.....	718
5.1.4.1. Direitos e obrigações do concessionário	718
5.1.5. Direitos e obrigações do usuário	721
5.1.6. Natureza jurídica	723
5.1.7. Distinções.....	723
5.1.8. Formalidades da concessão.....	724
5.1.8.1. Procedimento licitatório	724
5.1.8.2. Contrato de concessão	727
5.1.8.3. Possibilidades de transferência	728
5.1.9. A remuneração e a política tarifária	730

5.1.10. Formas de extinção.....	733
5.2. Parcerias do Poder Público com os particulares	735
5.2.1. Conceito.....	736
5.2.2. Legislação.....	736
5.2.3. Objetivos.....	738
5.2.4. Modalidades.....	738
5.2.5. Características.....	740
5.2.6. Diretrizes.....	741
5.2.7. Formalização da concessão especial	742
5.2.7.1. Procedimento licitatório.....	742
5.2.7.2. Contrato de concessão especial.....	744
5.2.7.3. Sociedade de propósito específico.....	746
5.2.8. Vedações.....	747
5.2.9. Concessões especiais para o âmbito federal.....	747
5.3. Permissão de serviço público.....	749
5.3.1. Conceito e requisitos.....	749
5.3.2. A precariedade e a formalização.....	750
5.3.3. Principais diferenças	752
5.4. Autorização de serviço público	753
6. Quadro sinóptico.....	754
7. Súmulas correlatas.....	757
7.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	757
7.2. Súmulas do STF.....	758
7.3. Súmulas do STJ.....	758

10. AGENTES PÚBLICOS 759

1. Conceito.....	759
2. Classificação.....	760
2.1. Agentes políticos	761
2.2. Servidores estatais.....	763
2.2.1. Servidores públicos.....	763
2.2.1.1. Regime jurídico dos servidores públicos	764
2.2.1.1.1. Regime jurídico único.....	768
2.2.1.1.2. A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário.....	769
2.2.1.1.3. Garantia de manutenção do regime jurídico	773
2.2.2. Servidores de entes governamentais de direito privado.....	775
2.3. Particulares em colaboração com a administração.....	778
3. Organização funcional.....	781
3.1. Conceitos.....	781
3.1.1. Cargo público.....	781
3.1.2. Função pública.....	783
3.1.2.1. Cargo em comissão e função de confiança: distinção...	783

3.1.3.	Emprego público.....	785
3.1.4.	Contrato temporário.....	786
3.2.	Cargo público – regras gerais	786
3.2.1.	Classificação	787
3.2.2.	Provimento	789
3.2.3.	Nomeação, posse e exercício.....	795
3.2.4.	Formas de deslocamento	796
3.2.5.	Vacância	798
3.2.6.	Desinvestidura – exoneração e demissão	800
4.	Regras constitucionais.....	803
4.1.	Acessibilidade	803
4.2.	Concurso público.....	804
4.2.1.	Exceções ao concurso público	806
4.2.2.	Requisitos para concurso.....	812
4.2.3.	Publicidade.....	830
4.2.4.	Mudança no edital de concurso.....	832
4.2.5.	Prazo de validade	834
4.2.6.	Direito à nomeação.....	834
4.2.7.	Realização de novo concurso público.....	842
4.2.8.	Concurso público e a possibilidade de controle	844
4.2.9.	Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado.....	847
4.2.10.	Contratação irregular – consequências	851
4.3.	Competência para julgamento das ações.....	853
4.4.	Contratação temporária	855
4.5.	Estabilidade.....	862
4.5.1.	Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade.....	862
4.5.2.	Estabilidade e o texto constitucional.....	864
4.5.2.1.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público....	868
4.5.2.2.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado....	869
4.5.2.3.	Estabilidade em resumo.....	870
4.5.3.	Estabilidade e dispensa.....	871
4.5.4.	Estágio probatório	878
4.6.	Direito de greve.....	883
4.7.	Direito à sindicalização.....	888
4.8.	Acumulação.....	888
4.9.	Sistema remuneratório	896
4.9.1.	Modalidades remuneratórias.....	896
4.9.2.	Regras para fixação da remuneração	900
4.9.3.	Revisão remuneratória	901
4.9.4.	Teto remuneratório	903
4.9.5.	Princípio da irredutibilidade.....	912
4.9.6.	Princípio da isonomia	913

4.9.7. Proibição de vinculação e equiparação.....	914
4.9.8. Pagamentos em atraso.....	916
4.10. Direitos sociais.....	916
4.11. Limite de despesas com pessoal.....	919
4.12. Aposentadoria.....	921
4.12.1. Conceitos fundamentais – premissas.....	921
4.12.2. Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças.....	925
4.12.3. Modalidades.....	939
4.12.4. Princípio da integralidade.....	946
4.12.5. Princípio da paridade.....	947
4.12.6. Teto de proventos e regime complementar.....	948
4.12.7. Contribuição dos inativos e pensionistas.....	950
4.12.8. Cenário atual.....	954
5. Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	955
6. Deveres e responsabilidades dos servidores estatutários.....	962
7. Quadro sinóptico.....	964
8. Súmulas correlatas.....	970
8.1. Súmulas Vinculantes.....	970
8.2. Súmulas do STF.....	971
8.3. Súmulas do STJ.....	973
8.4. Súmulas do TST.....	974
11. BENS PÚBLICOS.....	977
1. Domínio Público.....	977
2. Conceito.....	978
3. Competência Legislativa.....	982
4. Classificação dos Bens Públicos.....	982
5. Afetação e Desafetação.....	987
6. Regime jurídico dos bens públicos.....	990
7. Aquisição de bens para o Patrimônio Público.....	994
8. Alienação de Bens Públicos.....	997
9. Gestão de Bens Públicos.....	1001
9.1. Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	1006
10. Bens Públicos em espécie.....	1009
11. Quadro Sinóptico.....	1015
12. SÚMULAS CORRELATAS.....	1017
12.1. Súmulas do STF.....	1017
12.2. Súmula do STJ.....	1018
12. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE.....	1019
1. Direito de propriedade.....	1019

2.	Intervenção na propriedade.....	1020
3.	Fundamentos e regras constitucionais.....	1020
4.	Modalidades de intervenção.....	1021
4.1.	Limitação administrativa.....	1022
4.1.1.	Indenização	1024
4.1.2.	Controle	1030
4.2.	Servidão administrativa.....	1030
4.2.1.	Elementos definidores	1031
4.2.2.	Formas de constituição	1032
4.2.3.	Indenização	1033
4.2.4.	Distinções.....	1033
4.2.5.	Causas extintivas.....	1034
4.2.6.	Modalidades.....	1035
4.3.	Requisição.....	1036
4.4.	Ocupação temporária	1039
4.4.1.	Hipóteses de ocupação temporária.....	1040
4.4.2.	Distinções.....	1042
4.5.	Tombamento.....	1042
4.5.1.	Conceito e características.....	1042
4.5.2.	Natureza jurídica	1044
4.5.3.	Competência.....	1045
4.5.4.	Bens objeto de tombamento.....	1046
4.5.5.	Modalidades.....	1047
4.5.6.	Obrigações.....	1048
4.5.7.	Indenização	1050
4.5.8.	Procedimento	1051
4.5.9.	Extinção.....	1052
4.6.	Desapropriação.....	1053
4.6.1.	Objeto.....	1054
4.6.2.	Competência.....	1058
4.6.3.	Modalidades de desapropriação	1060
4.6.3.1.	Desapropriação comum	1060
4.6.3.2.	Desapropriação sancionatória.....	1064
4.6.3.3.	Desapropriação indireta	1070
4.6.3.4.	Desapropriação privada.....	1075
4.6.4.	Situações especiais – destinação dos bens desapropriados	1075
4.6.5.	Procedimento administrativo.....	1077
4.6.6.	Procedimento judicial – ação de desapropriação.....	1081
4.6.7.	Da indenização	1085
4.6.8.	Ação de desapropriação rural.....	1099
4.6.9.	Desapropriação de enfiteuse	1100
4.6.10.	Direito de extensão.....	1102
4.6.11.	Tredestinação.....	1102

4.6.12. Retrocessão.....	1103
5. Quadro sinóptico.....	1105
6. Súmulas Correlatas	1109
6.1. STF – Súmulas Vinculantes	1109
6.2. Súmulas do STF	1109
6.3. Súmulas do STJ.....	1110
13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1113
1. Aspectos Gerais – Fundamentos.....	1113
2. Evolução.....	1115
3. Tipos de responsabilidade.....	1118
4. Elementos definidores.....	1119
4.1. Sujeitos.....	1120
4.2. Conduta estatal lesiva.....	1123
4.3. Dano indenizável	1134
4.4. A indenização	1138
4.5. Hipóteses de exclusão.....	1139
5. Vias para reparação do dano	1142
6. Ação judicial – legitimidade passiva.....	1143
7. Ação regressiva.....	1146
8. Denúnciação da lide	1147
9. Prescrição.....	1149
10. Quadro sinóptico.....	1154
11. Súmulas correlatas.....	1157
11.1. STF – Súmulas Vinculantes	1157
11.2. Súmula do STF.....	1157
11.3. Súmulas do STJ.....	1157
14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	1159
1. Introdução e conceito.....	1159
2. Evolução.....	1160
3. Controle do estado – atividade política e atividade administrativa.....	1160
4. Controle da atividade administrativa.....	1162
4.1. Classificação	1164
4.1.1. Quanto ao órgão controlador.....	1164
5. Controle administrativo	1170
5.1. Aspectos gerais.....	1170
5.2. Meios de controle.....	1172
5.3. Órgãos específicos de controle.....	1177
6. Controle legislativo.....	1182
6.1. Tribunais de contas.....	1183
7. Controle judicial.....	1189

7.1. Meios de controle judicial.....	1190
7.1.1. Mandado de segurança.....	1190
7.1.2. Ação popular	1194
7.1.3. Ação civil pública.....	1196
7.1.4. Mandado de injunção.....	1197
7.1.5. <i>Habeas data</i>	1199
7.1.6. Ação direta de inconstitucionalidade.....	1200
8. <i>Atos interna corporis</i>	1200
9. Quadro sinóptico.....	1201
10. Súmulas correlatas.....	1204
10.1. Súmulas Vinculantes.....	1204
10.2. Súmulas do STF.....	1204
10.3. Súmulas do STJ.....	1206
15. PROCESSO ADMINISTRATIVO	1209
1. Conceito.....	1209
2. Fontes do processo administrativo.....	1209
3. Objetivos e obrigatoriedade.....	1210
4. Princípios do processo administrativo.....	1212
4.1. Princípio do devido processo legal.....	1213
4.2. Princípio do contraditório	1214
4.3. Princípio da ampla defesa.....	1215
4.4. Princípio da verdade real	1220
4.5. Princípio da legalidade e princípio da finalidade	1221
4.6. Princípio da motivação.....	1221
4.7. Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1223
4.8. Princípio da oficialidade.....	1223
4.9. Princípio da autotutela.....	1224
4.10. Princípio da celeridade.....	1225
5. Modalidades de procedimento	1227
6. A lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....	1227
6.1. Aspectos gerais.....	1228
6.2. Fases do procedimento.....	1232
7. Procedimento administrativo disciplinar.....	1237
7.1. Conceito e finalidade	1237
7.2. Tipos de procedimento disciplinar.....	1238
7.2.1. Sindicância	1239
7.2.2. Processo administrativo propriamente dito.....	1240
7.2.3. Processo sumário	1241
7.2.4. Verdade sabida	1243
7.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito	1243
7.4. Prescrição e duração do processo.....	1253
7.5. Independência das instâncias	1258

8. Controle pelo poder judiciário	1259
9. Quadro sinóptico.....	1260
10. Súmulas correlatas.....	1265
10.1. STF – Súmulas Vinculantes	1265
10.2. Súmulas do STF	1265
10.3. Súmulas do STJ.....	1266
16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1269
1. Introdução.....	1269
2. Conceito	1270
3. Competência legislativa.....	1272
4. Fonte normativa.....	1273
5. Bem jurídico tutelado.....	1275
6. Natureza do ilícito de improbidade administrativa.....	1276
7. Composição do ato de improbidade administrativa.....	1279
7.1. Sujeito ativo	1280
7.2. Sujeito passivo	1286
7.3. Conduta típica.....	1287
7.4. Elemento subjetivo	1294
7.5. Dano.....	1298
8. Sanções	1300
9. Procedimentos administrativo e judicial	1304
9.1. Processo administrativo	1304
9.2. Processo judicial.....	1305
10. Prescrição.....	1310
11. Quadro sinóptico.....	1311
12. Súmulas correlatas.....	1315
12.1. STF – Súmulas Vinculantes	1315
12.2. Súmulas do STF	1315
12.3. Súmulas do STJ.....	1316
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1317